

FORMAÇÃO HUMANA NAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL NO AMAPÁ: CONCEPÇÃO *VERSUS* PRÁTICA SUBJACENTE

José Almir Viana Nunes¹
Maria de Lourdes Sanches Vulcão²
Norma-Iracema de Barros Ferreira³

Este estudo constitui um extrato da Dissertação de Mestrado apresentada neste ano de 2020, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amapá. No delineamento do *problema* da pesquisa ocorrida entre 2016-2018, questionou-se: Qual ideal de formação humana tem caracterizado a Política do Ensino Médio em Tempo Integral/EMTI no Estado do Amapá/AP? O *objetivo* foi analisar a concepção de formação humana que embasa o currículo preconizado para o EMTI, procurando identificar os discursos que incidem sobre o itinerário formativo da juventude amapaense, bem como as instituições que dão chancela a tal projeto.

A *Metodologia* corresponde à pesquisa de campo, com Entrevista semiestruturada, envolvendo doze sujeitos nomeados nos grupos: Consultores - Consultor MEC, Consultor ICE 1 e Consultor ICE 2; Representante da ETI - ETI/AP; e Gestores escolares - G1, G2, G3, G4, G5, G6, G7 e G8. A sistematização das informações se deu com base na Análise de Discurso, de Bakhtin (1997). Os *loci* constam das oito “escolas-piloto” eleitas pela SEED para integrar a partir de 2017 o Programa do Governo Federal de fomento ao EMTI. Destaca-se que cada Estado, após aderir ao Programa, deveria criar um nome para tal e, neste caso, o Amapá optou por *Escolas do Novo Saber*.

¹ Mestre em Educação-PPGED/UNIFAP. Especialista em Pedagogia Escolar/UNINTER. Graduado em Pedagogia/UEAP. Atua na rede pública e privada de ensino como coordenador pedagógico e professor. Servidor público efetivo na Secretaria de Estado da Educação-SEED/AP. E-mail: vianunes@hotmail.com.

² Doutoranda em Educação na Amazônia do PGEDA/EDUCANORTE. Mestre em Educação/UFG. Graduada em História/UNIFAP e em Ensino Religioso/UFPA. Professora da rede estadual de ensino/SEED-AP. Membro do grupo de pesquisa História, Política e Gestão Educacional. E-mail: vulcaoap@hotmail.com.

³ Doutora em Educação Escolar/UNESP. Mestre em Psicologia da Educação-FGV/RJ. Graduada em Psicologia e História/UFPA. Docente no Doutorado em Educação na Amazônia-PGEDA/EDUCANORTE e no Mestrado em Educação-PPGED/UNIFAP. Professora Associado IV/UNIFAP. Coordenadora do grupo de pesquisa História, Política e Gestão Educacional. E-mail: normairacemaunifap@gmail.com.

**CONGRESSO
INTERNACIONAL
ENSINO MÉDIO E
EDUCAÇÃO INTEGRAL
NA AMÉRICA LATINA**



No decorrer da investigação observou-se que grupos privatistas atuam na Secretaria de Estado da Educação do Amapá - SEED/AP e nas oito escolas selecionadas, sobressaindo-se o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação/ICE que realiza um trabalho de consultoria, formação de gestores e professores, bem como avaliação e monitoramento das EE envolvidas. Assim, a aliança público-privada redundou em entender a escolarização como mercadoria, à medida que na esfera privada há exploração do trabalho e apropriação privada do lucro. Mais recentemente, o Banco Mundial/BM, ao apresentar sua estratégia de parceria para o Brasil, informou que para o período de seis anos (2018-2023), buscar-se-á alavancar a iniciativa e o investimento do setor privado, identificando oportunidades para ganhos de eficiência, enfatizando a importância de um sólido quadro regulatório e uma governança forte para avaliar e compartilhar riscos adequadamente. (BANCO MUNDIAL, 2017).

O BM canaliza suas ações ciente de que a adaptação da força de trabalho mundial às demandas do mercado futuro necessita de saúde, educação e proteção social, ainda que em condições mínimas, e que ofertar tais benefícios exige novas fontes de receita. Por isto, a instituição desenvolveu uma Abordagem Sistêmica para Melhores Resultados em Educação/SABER, contemplando várias formas de engajamento do setor privado na Educação e na formação do trabalhador do futuro. Para tal Banco, educação é projeto de longo prazo, cuja execução requer conhecimento, planejamento, estratégia e intelectuais orgânicos do capital afeitos a lançar as teias da financeirização sobre políticas sociais, recursos e fundos públicos. As reformas que estão desfigurando a escola pública em todos os níveis só podem ser compreendidas no bojo desta totalidade.

A realidade compreendida como fusão de diversificadas determinações permite ponderar a Educação como constituída e constituinte das relações sociais. Evangelista e Shiroma (2018, p. 1) destacam que “esse movimento é mais complexo do que poderia parecer, pois está em questão o conteúdo social da aprendizagem humana e o tipo de homem que deseja formar.” Assim, a Educação nunca é neutra, mas ideológica e politicamente comprometida, por isso em cada momento histórico ela reflete um determinado tipo de sociedade e um modelo de homem a ser desenvolvido. Neste sentido, perguntou-se aos sujeitos da pesquisa qual seria o embasamento do modelo de EMTI implantado na rede estadual de ensino do Amapá:

A ideia era... não adianta você ter uma escola belíssima, mas com o **modelo pedagógico** não atendendo mais à **necessidade desse jovem** [...] Acho que foi 2003, que emerge **o jovem e as suas circunstâncias, o jovem e o mercado de trabalho no mundo produtivo**, em que **empregadores dizem que os jovens não estão preparados**. Os jovens também **não se sentem preparados** e acham a Escola chata, que não serve pra muita coisa. (Consultor **ICE 2**, 2018).

Nota-se que o próprio jovem é usado como justificativa para a implantação de reformas e os relatos versam frequentemente sobre a formação dos estudantes. Para análise destacam-se ainda três relatos, de diferentes sujeitos, mas que juntos compõem a ideia que embasa o modelo pedagógico das *Escolas no Novo Saber/AP*:

Trabalham-se os eixos formativos: **formação para a vida, formação de excelência, formação acadêmica**. Esses eixos são importantes quando a gente trabalha na escola o **Projeto de Vida** do estudante, que é o eixo central do modelo, é uma disciplina, é uma metodologia, e tudo ‘tá voltado pra isso. (**G7**, 2019).

Uma escola integral precisa contemplar formação em três eixos: **formar para a vida, formar para competências do século 21 e formar academicamente**. (**ETI/AP**, 2018).

O começo foi: qual o **ideal formativo do jovem** que a gente quer para essa sociedade? O ideal formativo era como é que a gente **entrega um jovem** que está lá previsto [na ETI], ou que está idealizado na Constituição Federal, na LDB? **Um jovem autônomo, solidário e competente**, e a partir disso constrói o percurso da escola e torna a torna mais atrativa. (Consultor **ICE 2**, 2018).

Nota-se nos discursos que há um modelo a ser seguido, do qual fazem parte termos e expressões, tais como autonomia, projeto de vida, formar para a vida, formar para competências do séc. XXI, formar academicamente. A ideia subjacente é a de “entregar um jovem” para a sociedade, mas qual sociedade? A ideologia presente nos discursos revela uma sociedade capitalista, pois o termo “entregar” representa uma linguagem empresarial – produtos são entregues; o que não está explícito neste modelo é sua vinculação com os ideais do Projeto de Educação do Banco Interamericano de Desenvolvimento/BID, no qual:

A concepção de Educação [...] assenta-se na Teoria do Capital Humano/TCH, conquanto reposicionada em alguns aspectos, particularmente no que se refere à noção de ‘habilidades e competências’. Retomando o enfoque tecnicista e economicista da Educação, compreende a escola como essencial ao desenvolvimento econômico, entenda-se, acúmulo e concentração de capital. Sua profecia – não realizável – é a de que quanto maior o nível de escolarização do indivíduo, maior será sua chance de inserção no mercado de trabalho, ou seja, quanto mais qualificada a força de trabalho, por maior salário se poderá vendê-la ao capital. (DECKER; EVANGELISTA (2019, p. 8).



É no contexto de políticas mundializadas de Educação que se desenham os programas e modelos pedagógicos para atender às exigências do capital internacional: formar trabalhadores dotados de competências necessárias para reproduzi-lo e forjar o homem neoliberal, ou seja, o cidadão privatizado, responsável, dinâmico – a Força de Trabalho. Daí os resultados indicarem que o aluno é potencialmente força de trabalho em formação e seu Projeto de Vida, uma estratégia de controle da própria subjetividade, que se representa na meritocracia e na responsabilização do sujeito pelo seu futuro. Logo, se oculta na proposta curricular o processo de conhecer e pensar o Mundo em sua natureza política, científica, humana e cultural.

Conclui-se que o Banco Mundial define a aprendizagem da força de trabalho focada nas competências para o mercado e busca omitir a hegemonia burguesa e suas determinações nas políticas educacionais, bem como o vínculo que se estabelece entre função social da Escola e o sistema produtivo. Fica notório o papel da política de EMTI: ofertar uma formação estritamente pragmática e em consonância aos interesses burgueses, além de tratar a Educação como condição necessária à reprodução econômica e ideológica do capital.

Palavras-chave: Ensino Médio Público. Educação em Tempo Integral. Formação Humana.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Trad. M. Lahud e Y. F. Vieira. São Paulo: HUCITEC, 1997.

BANCO MUNDIAL. **Grupo Banco Mundial apresenta estratégia de parceria para o Brasil**. 2017. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2017/07/13/brazil-world-bank-group-presents-country-partnership-strategy>

DECKER, Aline; EVANGELISTA, Olinda. Educação na lógica do Banco Mundial: formação para a Sociabilidade Capitalista. **Roteiro**, v. 44, n. 3, p. 1-24, set./dez. 2019.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida. Subsídios teórico-metodológicos para o trabalho com documentos de política educacional: contribuições do marxismo. In: *6º SEMINÁRIO NORTE e 7º ENCONTRO ESTADUAL DO PARÁ/ANPAE*, 2018,

**CONGRESSO
INTERNACIONAL
ENSINO MÉDIO E
EDUCAÇÃO INTEGRAL
NA AMÉRICA LATINA**



Belém. **Gestão democrática, financiamento, direitos sociais e encolhimento do Estado brasileiro.** Belém: ANPAE, 2018, p. 1-29.